

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.534 - SP (2019/0298635-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANTONIO DONATO
ADVOGADO : ANTÔNIO DONATO - SP045278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME DONIZETE LEME (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

GUILHERME DONIZETE LEME, preso preventivamente pela suposta prática de homicídio tentado e lesões corporais em ambiente doméstico, alega ser vítima de coação ilegal em sua liberdade de locomoção, em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu pedido de liminar formulado em habeas corpus impetrado na origem.

Neste *writ*, afirma a defesa, em suma, que a constrição do acusado é destituída de fundamentação idônea. Por isso requer, liminarmente, seja revogada a prisão preventiva ou concedida medidas cautelares alternativas à prisão, sobretudo diante do quadro em que se deram os fatos, os quais, na visão do impetrante, denotam apenas que o paciente tentou se defender das agressões sofridas.

De início, registro que o *writ* é impetrado contra decisão que indeferiu o pedido de liminar formulado em habeas corpus proposto na origem. De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau – incidência do enunciado da **Súmula 691 do STF** –, salvo se evidenciada, **sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade, o que, na espécie, não verifico.**

Deveras, a decisão constritiva ressaltou que, no caso, "[h]á indícios de que a infração penal tenha sido qualificada, por motivo torpe decorrente da vingança, uma vez que o indiciado, muito provavelmente, não se conformava com o novo relacionamento de Joice" (fl. 40). Assinalou, ainda, que a **gravidade dos fatos concretamente considerados** fica evidenciado pelo modo como praticado o delito, nestes termos (fl. 39, destaquei):

Superior Tribunal de Justiça

o indiciado, que estava separado de fato da também vítima [...], dirigiu-se à residência dela, durante a madrugada, **ocasião em que entrou no imóvel, pela janela, já foi dizendo que mataria o outro homem que se encontrasse em companhia da referida vítima.** Na sequência, constatou que uma pessoa de nome Michael ali se encontrava e **já desferiu golpes de faca na mesma pessoa, ferindo-a gravemente. Pelo que consta, Michael está se relacionando com a vítima Joice após a separação de fato dela e do indiciado. A vítima Michael foi socorrida em estado grave e não teve condições de dar sua versão nos autos. A vítima Joice também sofreu lesões corporais,** uma vez que tentou impedir que o indiciado continuasse nas agressões e foi ferida na mão, com a faca por ele portada.

Na esteira do entendimento desta Corte, é justificada a constrição quando o "decreto da prisão preventiva evidencia a gravidade em concreto da conduta e a periculosidade do acusado que agiu com peculiar *modus operandi*" (HC n. 449.326/BA, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 5/4/2019).

Tais circunstâncias, portanto, justificam, em princípio, a custódia cautelar, de tal sorte que não observo, nesta oportunidade, a ocorrência de constrangimento ilegal manifesto que justifique, à míngua de apreciação do tema pelo Tribunal de origem a intervenção prematura desta Corte, com a suplantação da **Súmula n. 691 do STF**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**